

MANDADO DE SEGURANÇA

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

EXECUÇÃO FISCAL — EMBARGOS MONITÓRIOS - CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ENGANO DA AUTORIDADE FISCAL

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE - ESTADO DO, já qualificado nos Autos de Execução Fiscal, processo n.º/...., que lhe move a, por intermédio de seu procurador, advogado, inscrito na OAB/.... sob o n.º, com escritório de Advocacia na Rua n.º, na Comarca de -, onde recebe intimações, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, a fim de apresentar seus EMBARGOS À EXECUÇÃO, consubstanciados nas situações fáticas e jurídicas que passa a expor e a requerer: 1. O Executado jamais tomou conhecimento de que, algum dia, houvera sido notificado e multado pelos fiscais da, nem tampouco, fora citado ou intimado a responder processo administrativo, junto ao Ministério da Fazenda Nacional, como diz a Procuradoria, na Certidão de Dívida Ativa, anexa ao processo executivo. 2. O Executado foi efetivamente tomado de surpresa, diante da presente Execução, eis que jamais teve em sua Microempresa, qualquer funcionário que não fosse legalmente registrado, concluindo-se daí, que houve engano por parte da Exeqüente, conforme provará, se necessário for. Face ao exposto, pede se digne Vossa Excelência, em julgar improcedente o pleito, com a condenação da Exeqüente, às consequências legais. N. Termos, P. Deferimento., de de Advogado